



# *MINISTÉRIO PÚBLICO*

*do Estado do Paraná*

## **ESCOLA SUPERIOR DO MPPR**

### **EDITAL Nº 15/2024** **SELEÇÃO DE PESQUISADORES PARA O GRUPO DE PESQUISAS EM DIREITO** **ELEITORAL - CICLO 2025**

A coordenação do Grupo de Pesquisas em Direito Eleitoral, vinculado ao Ministério Público do Estado do Paraná, por meio de sua Escola Superior, torna público o presente edital para fins de seleção de pesquisadores para o ciclo de pesquisas de 2025.

O Direito Eleitoral, em uma de suas abordagens, trata dos Direitos Políticos e da realização de eleições livres e justas. O Processo Eleitoral Brasileiro, em uma de suas várias dimensões, aborda os procedimentos observados na dinâmica eleitoral, desde a formação do cadastro eleitoral até a organização, propaganda, convenção partidária, registro de candidaturas, votação, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas e diplomação.

Dentro dessa perspectiva, os blocos temáticos propostos para o trabalho neste Grupo de Pesquisa abordam os seguintes temas: eleitor(a), candidato(a), campanha e combate a ilícitos.

#### **1. DOS OBJETIVOS**

O Grupo de Pesquisas em Direito Eleitoral, registrado no Diretório do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tem por objetivos:

### **1.1. Geral:**

Desenvolver atividades de pesquisa sobre os temas propostos por meio de encontros virtuais , além de atividades orientadas e coordenadas por profissionais com expertise nas áreas indicadas, a serem realizadas no período de abril a dezembro de 2025.

### **1.2. Específicos:**

1.2.1 Elaborar um Manual de Direito Eleitoral como produto final, no qual cada capítulo será escrito por pesquisadores e/ou participantes (coordenadores) do grupo de pesquisa. Cada capítulo da obra poderá ser redigido por até dois pesquisadores. Caso não haja número suficiente de escritores, incluindo pesquisadores e coordenadores, serão convidadas pessoas externas ao grupo, com atuação e qualificação na área, para contribuir com a escrita da referida obra.

1.2.2 Os coordenadores poderão orientar os pesquisadores para que, até novembro de 2025, o grupo apresente, no mínimo, dois artigos acadêmicos baseados nas reflexões resultantes da pesquisa de campo e bibliográfica, para submissão à plataforma Open Journal System, disponível em <https://apps.mppr.mp.br/openjournal/index.php/revistamppr>, da Revista Jurídica do Ministério Público do Paraná, vinculada ao programa de pós-graduação lato sensu em Especialização em Ministério Público, ofertado pela Escola Superior do MPPR.

1.2.3. A implantação do Grupo de Pesquisa em Direito Eleitoral marca a atuação da Coordenadoria das Promotorias de Justiça Eleitorais do MPPR como uma instância de fomento ao desenvolvimento de investigações científicas, nos termos das normativas da Escola Superior do MPPR e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## **2. DA LINHA DE PESQUISA**

Direito e Processo Eleitoral:

**Bloco Temático 1** - PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL NA VISÃO DO TSE E DIREITOS HUMANOS ELEITORAIS

**Bloco Temático 2** - AÇÕES ELEITORAIS

**Bloco Temático 3** - ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL NO REGISTRO DE CANDIDATURA

**Bloco Temático 4** - RESPONSABILIDADE NO DIREITO ELEITORAL

**Bloco Temático 5** - CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**Bloco Temático 6** - TEMAS RELEVANTES DA PROPAGANDA ELEITORAL

**Bloco Temático 7** - ILÍCITOS ELEITORAIS, ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E CRIME ORGANIZADO

**Bloco Temático 8** - RECURSOS ELEITORAIS E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Bloco Temático 9** - ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA ELEITORAL NA FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO, DESPESAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

**Bloco Temático 10** - PODER DE POLÍCIA E DIREITO DIGITAL

**Bloco Temático 11** - SISTEMA DE PROVAS NO DIREITO E PROCESSO ELEITORAL

O detalhamento das linhas de pesquisa e dos tópicos sugeridos que as integram encontra-se no Anexo A.

### **3. DO PÚBLICO-ALVO**

3.1 Poderão participar do grupo de pesquisa:

3.1.1 Promotoras e promotores de Justiça de todos os Ministérios Públicos;

3.1.2 Magistradas e magistrados de todos os Tribunais de Justiça;

3.1.3 Procuradoras e procuradores da República;

3.1.4 Na hipótese de não serem preenchidas as vagas com os inscritos referentes aos itens 3.1 a 3.3, também poderão participar servidoras e servidores do Ministério Público do Paraná, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, bem como de outras

Coordenadorias Eleitorais ou Centros de Apoio na área específica, existentes em outros Ministérios Públicos.

3.2 Serão ofertadas até 50 (cinquenta) vagas consideradas as pessoas habilitadas conforme item 3 deste Edital, em alinhamento institucional com as regras dos grupos de pesquisa da Escola Superior do MPPR e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

3.3 A seleção dos pesquisadores será regida pelos seguintes princípios: equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional; incentivo ao autodesenvolvimento e ao desenvolvimento profissional contínuo; estímulo à inovação de processos de trabalho, produtos e serviços; compartilhamento de conhecimentos visando ao aperfeiçoamento profissional e institucional.

#### **4. DA METODOLOGIA**

4.1 Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa serão realizados, no mínimo, 11 (onze) encontros virtuais, de acordo com o cronograma a ser divulgado oportunamente, entre os meses de abril a dezembro de 2025.

4.2 Além desses encontros, comunicações pontuais poderão ser realizadas entre coordenadores(as) e pesquisadores(as), de comum acordo e no interesse mútuo pelo bom andamento das atividades de pesquisas científicas.

4.3 Está prevista ainda, como atividade complementar, a realização de uma visita técnica a ser agendada junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

4.4 Todas as atividades realizadas pelas pessoas selecionadas não serão remuneradas, cabendo às pesquisadoras e pesquisadores arcarem com eventuais custos com deslocamento e outras despesas necessárias.

4.5 Caso o Manual de Direito Eleitoral (item 1.2.1) seja publicado em meio físico, o custo com relação à impressão será às expensas dos pesquisadores ou entidades públicas ou privadas que apoiem a publicação e divulgação da obra. O projeto gráfico e a diagramação serão realizados pelo Ministério Público do Paraná.

## 5. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

5.1 Todas as datas relacionadas ao processo seletivo devem ser observadas no cronograma do certame, conforme Anexo B.

5.2 É obrigatório o cumprimento das datas e horários especificados para as atividades do processo seletivo, conforme cronograma do certame, sob pena de eliminação do processo seletivo.

## 6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições para o processo seletivo deverão ser realizadas **até o dia 10 de fevereiro de 2025**, por meio do formulário disponível no link abaixo.

[Clique aqui](#)

6.2. Os candidatos deverão informar, no ato da inscrição:

- a) o nome completo e os dados de contato;
- b) local e área de atuação;
- b) breve descrição de eventuais atividades prévias de pesquisa;
- c) motivo pelo qual deseja participar do GP.

6.3. Também deverão enviar, no momento da inscrição, o link para o Currículo Lattes ou anexar currículo acadêmico atualizado.

6.4. As inscrições serão analisadas pela coordenação do Grupo de Pesquisa, que divulgará oportunamente a listagem dos candidatos selecionados.

## 7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1. Serão considerados para avaliação e seleção dos pesquisadores, entre outros, os seguintes critérios:

- a) vinculação de sua atuação, com a temática do GP;
- b) interesse da pessoa pela pesquisa e pela produção acadêmica;
- b) disposição para participar das atividades do GP;
- d) disponibilidade de tempo e compromisso com a pesquisa.

7.2. Como objetivo primordial da participação no Grupo de Pesquisa, pretende-se que ao final do ciclo (dezembro/2025) os pesquisadores estejam aptos a produzir um capítulo do Manual de Direito Eleitoral, para fins de publicação.

7.3. O edital com o resultado final da seleção será divulgado na página da Escola Superior do MPPR <https://site.mppr.mp.br/escolasuperior> , **até o dia 28 de fevereiro de 2025.**

## **8. DA CERTIFICAÇÃO**

8.1. O Grupo de Pesquisa possui, para fins de certificação, a carga horária de 2 horas 30 minutos por encontro, destinadas à participação nos encontros síncronos e à etapa preparatória (leitura dos materiais).

8.2. Os pesquisadores do grupo receberão, ao final de cada ano, certificado de participação nas atividades. Aqueles que participarem de 75% dos encontros receberão certificado com a carga horária total do grupo de pesquisa. Aos demais, será concedida certificação com carga horária proporcional aos encontros frequentados.

## **9. DOS CASOS OMISSOS**

9.1. Os casos omissos e excepcionais serão resolvidos pelos coordenadores do Grupo de Pesquisa.

Curitiba, 12 de dezembro de 2025.

**Fernanda da Silva Soares**

Coordenadora-Geral da Escola Superior do MPPR

## **ANEXO A**

Grupos de Pesquisa de Direito Eleitoral do Ministério Público do Estado do Paraná

### **LINHA DE PESQUISA E TÓPICOS SUGESTIVOS**

#### **Linha: Direito e Processo Eleitoral**

Coordenação:

Doutor Luiz Osório Moraes Panza - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8783297266297073>

Armando Antonio Sobreiro Neto - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná e Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Paraná

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1744024174758059>

Mestre Regis Rogério Vicente Sartori - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1920545607264704>

Mestre Letícia Giovanini Garcia - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná

Lattes:

Mestre Rodrigo López Zilio - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6111913175606915>

Mestre Anderson Ricardo Fogaça - Desembargador Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9343656785887913>

Mestre Frederico Rafael Martins de Almeida - Analista Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368684941500811>

Doutor José Laurindo Souza Netto - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8509259358093260>

Marcelo Godoy - Procurador Regional Eleitoral

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3213486990594379>

Sigurd Roberto Bengtsson - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Lattes:

### **Apoio Administrativo:**

Servidores da Coordenadoria das Promotorias de Justiça Eleitorais do MPPR:

Ivan de Paula

Guilherme França e Silva

Paula Broering Gomes Pinheiro

## **Bloco Temático 1 — PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL NA VISÃO DO TSE E DIREITOS HUMANOS ELEITORAIS**

**Objetivo:** Analisar os princípios fundamentais que orientam o Direito Eleitoral, conforme a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Serão destacados como esses princípios são aplicados na organização e condução das eleições no Brasil, além de compreender o papel do TSE na garantia de um processo eleitoral democrático, seguro e justo. Também será abordada a importância dos direitos humanos eleitorais, que asseguram o exercício pleno da cidadania, garantindo a participação política de todos, sem discriminação e em condições de igualdade, em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

## **Bloco Temático 2 — AÇÕES ELEITORAIS**

**Objetivo:** Estudar as principais ações eleitorais, como a ação de impugnação de mandato eletivo, a ação de investigação judicial eleitoral e a ação de



representação, analisando os requisitos, procedimentos e efeitos dessas ações no contexto do Direito Eleitoral, com foco na garantia da legitimidade e regularidade do processo eleitoral.

### **Bloco Temático 3 — ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL NO REGISTRO DE CANDIDATURA**

**Objetivo:** Avaliar o processo de registro de candidaturas no contexto eleitoral brasileiro, analisando as condições de elegibilidade e inelegibilidade. O objetivo é desenvolver uma compreensão detalhada dessas normativas, examinando exemplos práticos e precedentes relevantes para oferecer uma visão integrada dos aspectos legais. Também serão abordadas as atribuições do Ministério Público Eleitoral no acompanhamento e fiscalização do registro de candidaturas.

### **Bloco Temático 4 — RESPONSABILIDADE NO DIREITO ELEITORAL**

**Objetivo:** Analisar a responsabilidade no Direito Eleitoral à luz da evolução da jurisprudência, com foco na aplicação da responsabilidade eleitoral em casos de condutas vedadas, propagandas eleitorais, abuso de poder e prestação de contas. Este bloco abordará a responsabilidade eleitoral, destacando as teorias adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral na responsabilização dos candidatos por atos praticados durante a campanha. A análise busca compreender como essa abordagem implica na responsabilização eleitoral e na proteção da legitimidade do processo eleitoral.

### **Bloco Temático 5 — CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

**Objetivo:** Explorar as condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral e sua relação com os atos de improbidade administrativa. O objetivo é identificar os principais ilícitos previstos na legislação, os impactos desses atos sobre o equilíbrio do pleito e as sanções aplicáveis. Este bloco abordará os requisitos para a caracterização dessas condutas, os prazos processuais e os efeitos das decisões judiciais, com ênfase na atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário no controle da integridade e lisura do processo eleitoral.

### **Bloco Temático 6 — TEMAS RELEVANTES DA PROPAGANDA ELEITORAL**

**Objetivo:** Investigar as normas que regulam a propaganda eleitoral em campanhas, destacando o impacto dessas regulamentações na integridade das

eleições. O objetivo é analisar como a legislação eleitoral pode promover eleições justas, garantindo a equidade entre os candidatos e a transparência no processo eleitoral.

### **Bloco Temático 7 — CRIMES ELEITORAIS, ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E CRIME ORGANIZADO**

**Objetivo:** Estudar os principais crimes eleitorais, com o objetivo de analisar a legislação vigente e compreender as práticas ilícitas que comprometem a integridade do processo eleitoral, buscando formas de mitigá-las. Será abordada também a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal no contexto eleitoral, além do enfrentamento do crime organizado nas eleições, destacando a atuação das autoridades competentes na prevenção e repressão dessas práticas ilícitas.

### **Bloco Temático 8 — RECURSOS ELEITORAIS E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Objetivo:** Discutir os principais recursos eleitorais previstos na legislação brasileira, incluindo o recurso especial, o recurso extraordinário e outros mecanismos de impugnação. O objetivo é compreender os requisitos, prazos e efeitos desses recursos, além de examinar sua aplicação prática nas diversas fases do processo eleitoral. Também serão discutidos os critérios de admissibilidade e os impactos dessas decisões no equilíbrio e na lisura do processo eleitoral, considerando a atuação do Tribunal Superior Eleitoral, do Ministério Público e das demais instâncias judiciais competentes.

### **Bloco Temático 9 — ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA ELEITORAL NA FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO, DESPESAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**

**Objetivo:** Examinar a atuação do Ministério Público Eleitoral e da Justiça Eleitoral na fiscalização da arrecadação de recursos, das despesas de campanha e na análise da prestação de contas eleitorais. Serão abordadas suas atribuições legais, estratégias de fiscalização e a importância de sua intervenção para garantir a transparência, legalidade e equilíbrio nas eleições.

### **Bloco Temático 10 — PODER DE POLÍCIA E DIREITO DIGITAL**

**Objetivo:** Analisar a interseção entre o poder de polícia e o direito digital no contexto do direito eleitoral brasileiro. O objetivo é compreender as competências e limitações do poder de polícia na regulação e fiscalização das atividades eleitorais no ambiente digital, incluindo o uso de redes sociais, campanhas online e a proteção de dados dos eleitores. Serão examinados os requisitos legais, prazos e efeitos das medidas de intervenção, além de sua aplicação prática nas diversas fases do processo eleitoral.

## **Bloco Temático 11 — SISTEMA DE PROVAS NO DIREITO E PROCESSO ELEITORAL**

**Objetivo:** O processo eleitoral, assim como outros ramos do Direito, possui um sistema específico de provas. Este grupo se dedicará a examinar o papel do juiz no contexto probatório do Direito Eleitoral, abordando os aspectos gerais das provas admitidas neste âmbito. Também será realizada uma análise das provas consideradas ilícitas. Além disso, será explorado o sistema de provas no campo do Direito Eleitoral e Digital, com atenção às suas implicações legais.

## CRONOGRAMA DOS ENCONTROS

Os encontros ocorrerão sempre às terças-feiras de cada mês, no horário das 9h às 11h30 e, excepcionalmente, nos dias 7 de outubro de 2025 e 25 de novembro de 2025.

<b>01/04/2025</b>	Bloco Temático 1 — Princípios do Direito Eleitoral na Visão do TSE e Direitos Humanos Eleitorais
<b>15/04/2025</b>	Bloco Temático 2 — Ações Eleitorais
<b>20/05/2025</b>	Bloco Temático 3 — Atuação do Ministério Público Eleitoral no Registro de Candidatura
<b>17/06/2025</b>	Bloco Temático 4 — Responsabilidade no Direito Eleitoral
<b>15/07/2025</b>	Bloco Temático 5 — Condutas Vedadas e Improbidade Administrativa
<b>19/08/2025</b>	Bloco Temático 6 — Temas Relevantes da Propaganda Eleitoral
<b>16/09/2025</b>	Bloco Temático 7 — Ilícitos Eleitorais, Acordo de Não Persecução Penal e Crime Organizado
<b>07/10/2025</b>	Bloco Temático 8 — Recursos Eleitorais e atuação do Ministério Público
<b>21/10/2025</b>	Bloco Temático 9 — Atuação do Ministério Público e da Justiça Eleitoral na Fiscalização da Arrecadação, Despesas e Prestação de Contas Eleitorais
<b>18/11/2025</b>	Bloco Temático 10 — Poder de Polícia e Direito Digital
<b>25/11/2025</b>	Bloco Temático 11 — Sistema de Provas no Direito e Processo Eleitoral